

MAPA DE RISCO		
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS NÃO PADRONIZADOS NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME), DESTINADOS A PACIENTES VINCULADOS A PROCESSOS JUDICIAIS – MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE/SC		
Constatação de Ocorrência	Risco	Medida
ETP com especificações incompletas ou genéricas dos medicamentos e insumos	Aquisição de produtos incompatíveis com a prescrição médica ou determinação judicial	Revisão do ETP com descrição detalhada dos medicamentos (princípio ativo, concentração, forma farmacêutica, apresentação e registro na ANVISA)
Ausência de análise técnica da Secretaria de Saúde quanto à necessidade dos medicamentos	Aquisição indevida ou em quantidade incompatível com a demanda judicial	Exigir parecer técnico da Secretaria de Saúde ou farmacêutico responsável validando a necessidade
Quantitativos estimados inadequadamente devido à imprevisibilidade das demandas judiciais	Falta de medicamentos ou compras emergenciais com preços elevados	Utilização de estimativa baseada em histórico de judicializações e adoção de Registro de Preços quando possível
Pesquisa de preços insuficiente ou incompatível com o mercado	Sobrepço ou contratação com valores superiores aos praticados	Realização de pesquisa de preços conforme art. Lei nº 14.133/2021, incluindo contratações públicas similares e fornecedores especializados
Fornecedores sem capacidade técnica ou sem regularização sanitária	Entrega de medicamentos irregulares ou sem registro	Exigência de documentação sanitária, como Autorização de Funcionamento da ANVISA e licenciamento sanitário
Medicamentos ou insumos com prazo de validade reduzido	Perda do produto e prejuízo ao erário	Previsão contratual de prazo mínimo de validade na entrega

Atraso no fornecimento dos medicamentos	Descumprimento de decisões judiciais e possível responsabilização do Município	Estabelecimento de prazos reduzidos de entrega e previsão de penalidades contratuais
Interrupção do fornecimento pelo contratado	Descontinuidade do tratamento do paciente	Previsão de aplicação de penalidades e possibilidade de contratação emergencial em caso de descumprimento
Variação significativa de preços de medicamentos	Pedido frequente de reequilíbrio econômico-financeiro	Previsão contratual de critérios objetivos para reequilíbrio econômico-financeiro
Mudança na prescrição médica ou suspensão da decisão judicial	Aquisição desnecessária de medicamentos	Controle e acompanhamento constante das decisões judiciais pela Secretaria de Saúde
Licitação deserta ou fracassada	Impossibilidade de atendimento imediato da decisão judicial	Revisão das especificações e, se necessário, adoção de dispensa de licitação nos termos da Lei nº 14.133/2021

Tamara Antunes Buss
Analista de Licitação